



Comunicado de Imprensa n.º 16/417 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
21 de setembro de 2016

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Cabo Verde: FMI conclui missão de consulta ao abrigo do Artigo IV referente a 2016

Os comunicados de imprensa emitidos no final de missões contêm declarações de equipas do FMI que transmitem as constatações preliminares após a visita a um país. As opiniões expressas nessas declarações são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI. Com base nas constatações preliminares desta missão, o corpo técnico vai elaborar um relatório que, após a aprovação da direção, será apresentado ao Conselho de Administração do FMI para discussão e deliberação.

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada pelo Sr. Ulrich Jacoby esteve em Cabo Verde entre os dias 8 e 21 de setembro de 2016 para conduzir as discussões de consulta ao abrigo do Artigo IV referentes a 2016.

Concluída a missão, o Sr. Jacoby fez a seguinte declaração:

“A missão manteve discussões construtivas com o novo governo que tomou posse em abril de 2016 sobre a sua agenda abrangente, que inclui a consolidação orçamental para reduzir a dívida pública, a resolução das dificuldades financeiras associadas às empresas públicas e a atração do investimento privado através de melhorias no ambiente de negócios.

A partir de 2016, espera-se que a economia cabo-verdiana retome uma trajetória de crescimento mais elevado, impulsionada sobretudo pelo turismo, o investimento direto estrangeiro (IDE) e uma recuperação na procura interna. Embora o impacto da crise financeira mundial e, em especial, da crise do euro, tenha produzido uma diminuição acentuada do crescimento em 2012-15, as repercussões dessas crises já abrandaram. O aumento da procura externa, sobretudo no setor de turismo; a perspectiva de um grande volume de IDE e a recuperação gradual do crédito ao setor privado apontam para uma forte aceleração do crescimento em 2016.

A missão apoia a decisão do Banco de Cabo Verde de manter uma política monetária acomodatória, bem como os seus esforços para facilitar a resolução dos empréstimos malparados, assegurando em simultâneo a estabilidade do setor financeiro através da

supervisão alargada. Para 2016-17, a missão prevê a continuidade de uma evolução benigna em termos de inflação e reservas internacionais robustas, dando margem a que a política monetária permaneça acomodatória por algum tempo. A paridade cambial ao euro continua a ser uma âncora apropriada para a política monetária.

Nos últimos oito anos, Cabo Verde intensificou o investimento público financiado por recursos concessionais para melhorar as infraestruturas e estimular o crescimento a longo prazo, mas fatores exógenos ofuscaram as perspetivas para a dívida pública. A dívida pública de Cabo Verde é altamente concessional, e os indicadores do serviço da dívida mostram que o país permanecerá numa posição confortável para efetuar o pagamento da dívida no futuro. Contudo, o stock da dívida em relação ao tamanho da economia aumentou mais do que o previsto, devido ao crescimento nominal mais brando desde 2012 e, mais recentemente, à forte valorização do dólar norte-americano, o que indica uma elevação dos riscos para a dívida. A missão apoia o compromisso demonstrado pelas autoridades em mitigar estes riscos com presteza através da contenção dos gastos, nomeadamente dos investimento públicos com financiamento externo nos próximos anos, ao dar prioridade aos projetos de maior impacto em termos de crescimento e de emprego e adiar outros. As autoridades estão a considerar os pormenores de uma resposta apropriada, que deve ser concluída até ao início de outubro. A missão refere que a situação da dívida impõe fortes restrições ao espaço orçamental e que a mobilização de receitas internas será fundamental para alargar este espaço.

A missão saúda os esforços contínuos para melhorar o desempenho das empresas públicas, que prestam serviço de infraestrutura essenciais para a economia. A introdução de contratos de desempenho obrigatórios nas seis empresas públicas de importância estratégica produziu resultados promissores na maioria delas em termos de desempenho operacional, um elemento crucial para restaurar a saúde financeira e reduzir o passivo fiscal contingente dessas empresas. Contudo, os desenvolvimentos em duas empresas públicas estão a impor novos condicionalismos ao espaço orçamental e a criar mais riscos para o orçamento. As dificuldades de longa data verificadas nos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) e a deterioração contínua da sua situação financeira drenam recursos escassos do orçamento e agravam os passivos contingentes. Igualmente, a situação da Imobiliária Fundiária e Habitat (IFH) deteriorou ainda mais devido aos riscos do seu maior projeto habitacional (Casa Para Todos). A missão apoia a determinação das autoridades em abordar estes riscos com firmeza e interromper a perda de recursos orçamentais, em consulta com o Banco Mundial, cuja experiência pode ser útil para a busca de soluções nestas áreas.

Para além de aumentar a eficiência do setor público, o crescimento de Cabo Verde a longo prazo depende de iniciativas para elevar a produtividade. A missão considera positiva a forte ênfase dada pelas autoridades nas reformas para o efeito, com especial atenção à melhoria do ambiente de negócios, flexibilidade do mercado de trabalho, acesso ao financiamento e iniciativas de educação e formação, para continuar a reduzir a inadequação das competências.

Tal apoiaria a criação de empregos e o crescimento inclusivo do turismo e das empresas locais do setor, bem como a diversificação económica. O novo código do trabalho, que entrará em vigor em outubro, é um passo importante nesse sentido. Medidas que visam reduzir a desigualdade entre os géneros — que é mais acentuada para as mulheres jovens e das zonas rurais — podem também contribuir para elevar o crescimento económico. Dada a margem reduzida para o investimento público, o setor privado terá de assumir um papel de maior destaque como motor do crescimento e do emprego, tendo como base a expansão considerável das infraestruturas nos últimos anos.

Espera-se que o relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2016 ao abrigo do Artigo IV seja discutido pelo Conselho de Administração do FMI no final de novembro de 2016.

A missão reuniu-se com o Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva, o Ministro das Finanças Olavo Correia, o Ministro da Economia e do Emprego José Gonçalves, a Ministra da Justiça e do Trabalho Janine Lélis, o Governador do Banco de Cabo Verde João Serra, outras autoridades, parlamentares e representantes da sociedade civil, dos parceiros de desenvolvimento e do setor privado. A missão gostaria de agradecer às autoridades pela excelente cooperação e gentil hospitalidade.”